

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: RELAÇÃO DE IDENTIDADE, INSTRUMENTALIDADE OU CONTRADIÇÃO?¹

DEMOCRACY AND ECONOMIC DEVELOPMENT: RELATION OF IDENTITY, INSTRUMENTALITY
OR CONTRADICTION?

Júlia Cadaval Martins²

Resumo

Este artigo analisa a relação entre democracia e desenvolvimento econômico. São confrontadas três teorias que classificam esta relação como identitária, instrumental ou contraditória. A primeira entende a democracia como constitutiva do conceito de desenvolvimento, portanto, o fim do processo de desenvolvimento seria a promoção e fortalecimento da democracia. Uma segunda corrente aponta para a função instrumental da democracia no processo de desenvolvimento, que decorre, principalmente, de mecanismos de participação. A terceira corrente afirma que a democracia impõe dificuldades ao processo de desenvolvimento, de modo que seria necessário escolher entre um deles para orientar os esforços de atuação governamental. Em uma tentativa de conciliação dessas três teorias, o artigo sugere que é importante reconhecer a democracia como parte constitutiva do conceito de desenvolvimento, afirmando-se a importância das liberdades políticas em um sistema democrático como um fim em si mesmo. Todavia, como meio para promover desenvolvimento, a democracia pode ser necessária, mas não suficiente, para melhoria do bem-estar, devendo ser associada com liberdades econômicas e abertura de mercado de modo a viabilizar o crescimento econômico e a melhoria na qualidade de vida da população.

Palavras-chave: democracia; participação; autocracia; desenvolvimento.

Abstract

This paper analyzes the relationship between democracy and economic development. It confronts three theories that classify the relationship as one of identity, instrumentality or contradiction. The first understands democracy as a constituent of the concept of development, so that the end of the development process is the promotion and strengthening of democracy itself. A second current

¹ Artigo recebido em: 20/05/2009. Pareceres emitidos em: 27/08/2009 e 10/09/2009. Aceito para publicação em: 20/05/2010.

² Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

points to the instrumental character of democracy in the development process, which derives especially from participatory mechanisms. A third current affirms that democracy imposes difficulties in the process of development, so that it would be necessary to choose between one of the two to guide the efforts of government action. In an attempt of reconciliation between the three theories, the article suggests that it is important to recognize democracy as a constituent part of the concept of development, affirming the importance of political freedoms in a democratic system as an end in itself. However, as a means to promote development, democracy may be necessary but not sufficient to improve the society's well being and should be associated with economic freedom and market openness in order to facilitate economic growth and improvement in quality of life.

Key words: democracy; participation; autocracy; development.

Sumário: 1. Introdução; 2. Democracia como desenvolvimento: a relação identitária; 3. A tese da relação instrumental: a importância das instituições; 4. A tese da contradição: fazer o bem ou fazer bem; 5. Conclusão; 6. Referências bibliográficas.

1 INTRODUÇÃO

Há um extenso debate na literatura de desenvolvimento econômico em torno do papel da democracia. Contribuições substanciais foram feitas na análise da relação entre democracia e desenvolvimento, principalmente por parte de economistas, investigando a forma segundo a qual o regime político influencia o desenvolvimento de um país. O conhecimento destas pesquisas, que têm levado os acadêmicos a conclusões por vezes contraditórias, deve ser objeto de atenção também de outras especialidades das ciências sociais, em razão de suas implicações diretas no estudo das instituições políticas.

Diferentes significados podem ser atribuídos ao vocábulo **desenvolvimento**. Até recentemente, o conceito estava restrito a pesquisas e teorias voltadas para a avaliação de crescimento econômico (segundo o aumento da renda *per capita*) e modernização da produção. Tal perspectiva começou a se alterar, entretanto, a partir dos anos 60 e 70, quando se observou altos níveis de crescimento em alguns países sem alteração na condição de vida da maior parte de população, sem redistribuição de renda ou aumento dos índices de emprego (TODARO; SMITH, 2009, p. 15).

Atualmente, o desenvolvimento é analisado a partir de aspectos diversos, não mais se restringindo a análises puramente econômicas. Um dos principais autores que contribuiu para esta expansão do significado de desenvolvimento foi Amartya Sen. Este autor assevera a necessidade de se dissociar privação de renda e privação de liberdade, visto que o primeiro tipo nem sempre revela outras limitações à qualidade de vida dos indivíduos. Sen chama a atenção para o conjunto de oportunidades reais disponíveis para o sujeito. Define, então, *capability* como “liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos” (SEN, 2000, p. 95) e apresenta um entendimento segundo o qual a liberdade seria tanto fim quanto meio do processo de desenvolvimento³.

A partir desta importante expansão conceitual, o estudo do desenvolvimento incorporou debates de outras áreas e passou a considerar variáveis não econômicas na avaliação da melhoria da qualidade de vida em países subdesenvolvidos. Dentre estas novas dimensões envolvidas, uma questão extremamente polêmica tem sido aquela que trata do papel da democracia. Do ponto de vista das análises empíricas, haveria aproximadamente um terço dos pesquisadores que encontra um papel positivo para a democracia, um terço apontando para um papel neutro e um terço que indica efeito negativo (TODARO; SMITH, 2009, p. 559).

Este artigo compara as perspectivas teóricas desta questão. São analisadas três correntes que classificam a relação entre democracia e desenvolvimento como uma relação identitária, instrumental, ou contraditória⁴.

A primeira corrente, que será analisada abaixo, entende (i) a democracia como constitutiva do conceito de desenvolvimento, de modo que o fim do processo de desenvolvimento seria a promoção da democracia. Uma segunda corrente afirma que (i) a relação entre democracia e desenvolvimento é positiva e ocorre de forma instrumental, de modo que a democracia, ao permitir o acesso dos cidadãos para comunicar seus interesses ao aparelho estatal, favorece a eficiência do setor público

³ O entendimento deste autor será mais bem apresentado no ponto 2, *infra*.

⁴ Há também uma importante discussão que trata da democracia como um produto do desenvolvimento econômico. Neste sentido, o padrão de vida da população determinaria sua propensão a sustentar um regime democrático. Esta análise, porém, não constitui objeto deste trabalho. Sobre esta análise, veja-se LIPSET (1959).

e contribui para a melhoria do bem estar social. Neste sentido, a democracia é um meio do processo de desenvolvimento. A terceira corrente analisada afirma que (iii) a democracia impõe dificuldades ao processo de desenvolvimento, de modo que seria necessário escolher entre democracia ou desenvolvimento a fim de orientar-se os esforços do poder público.

2 DEMOCRACIA COMO DESENVOLVIMENTO: A RELAÇÃO IDENTITÁRIA

Como indicado na introdução deste artigo, o debate que permeia as teorias de desenvolvimento tem buscado abarcar novas medidas que possam melhor refletir o que se espera deste processo. Um dos entendimentos mais importantes atualmente é aquele apresentado por Amartya Sen, considerando o desenvolvimento um processo de expansão das liberdades reais individuais (SEN, 2000, p. 32), que são o fim e o meio do processo de desenvolvimento. Este autor ressaltou a insuficiência da perspectiva que compreende o desenvolvimento somente como acumulação de riqueza, afirmando que esta não é a única variável que se deve considerar ao tratar-se de melhoria da qualidade de vida e consolidação das liberdades individuais (SEN, 2000, p. 28).

A teoria de Amartya Sen teve grande influência no meio acadêmico e também nas agências internacionais e o enfoque dado às liberdades humanas supera a identificação de desenvolvimento somente com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) ou com a modernização industrial. De fato, observa-se que a promoção do desenvolvimento precisa incluir um grande número de prestações em áreas diversas, como saúde, educação, meio ambiente, segurança. Estas prestações têm como finalidade eliminar privações que vão além da privação de renda.

O autor reafirma a importância instrumental das liberdades para o crescimento, mas acrescenta que elas são também importantes por si mesmas, enquanto elementos constitutivos da liberdade humana (SEN, 2000, p. 33). Conforme esta concepção mais ampla de desenvolvimento que incorpora o bem-estar social – e ressalta a importância de liberdades políticas e civis – a democracia

que assegure tais liberdades estaria contribuindo para o processo de desenvolvimento.

Portanto, a democracia contém um valor em si, que vai além de sua função instrumental para o desenvolvimento. Observa-se uma relação identitária entre democracia e desenvolvimento. Entendido como melhoria do bem-estar, o desenvolvimento inclui a autonomia e participação popular como seus componentes, de modo que não é suficiente, para esta tese, identificar apenas seu papel instrumental. A democracia é um componente essencial do processo de desenvolvimento por seu papel instrumental, mas também por sua importância direta e por seu papel construtivo (SEN, 2000, p. 175). Pode-se observar que, segundo esta concepção, ao se fortalecer a democracia estaria sendo também favorecido, por definição, o processo de desenvolvimento.

O papel instrumental, contido nesta visão, aproxima-se da perspectiva que será apresentada na seção 3, *infra*, segundo a qual a democracia aumenta o grau em que as pessoas são ouvidas pelo poder público. Esta perspectiva contém, ainda, um papel construtivo, que enfatiza a importância dos diálogos que irão formar as escolhas e valores sociais e conceituam as próprias necessidades econômicas. Por fim, sua importância direta refere-se ao fato de a democracia estar associada às capacidades de participação política e social (SEN, 2000, p. 173-187).

Afirmando a importância das instituições para o processo de desenvolvimento, Sen propõe considerá-las meios para a expansão das liberdades (SEN, 2005) e defende que o desenvolvimento não se resume ao aumento da renda *per capita*. Neste sentido, políticas públicas e liberdades se reforçam mutuamente, visto que não somente as prestações contribuem para o aumento das capacidades individuais, como também as liberdades participativas da sociedade influenciam o processo de elaboração de políticas públicas. O autor ressalta que “a intensidade das necessidades econômicas *umenta* – e não diminui – a urgência das liberdades políticas” (SEN, 2000, p. 175).

Uma vez que a capacidade participativa é colocada como um componente da definição de desenvolvimento, a expansão dos instrumentos de participação popular confirmam o objetivo de remoção das privações de liberdade. A própria ideia

de democracia passa a ser considerada um componente do processo de desenvolvimento.

3 A TESE DA RELAÇÃO INSTRUMENTAL: A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES

Esta tese fundamenta-se na hipótese de que a expansão da democracia – por meio de mecanismos como voto, participação e controle social da gestão de recursos – contribui para o desenvolvimento por meio do aumento da eficiência da Administração Pública e melhor atendimento das necessidades sociais.

Uma premissa compartilhada pelos autores que analisam o impacto da democracia sobre o desenvolvimento é a importância do papel das instituições⁵. Arranjos institucionais podem favorecer a expansão do investimento privado em setores estratégicos para o crescimento, por exemplo, bem como garantir o acesso da população a serviços públicos que promovem a inclusão social. Segundo Douglass North, as instituições são as “regras do jogo” da vida econômica, reduzindo incertezas ao estabelecerem uma estrutura para a interação humana (NORTH, 1990, p. 6).

As instituições, portanto, são consideradas uma das principais causas das variações encontradas entre os índices de desenvolvimento dos países (sendo geografia, cultura e comércio internacional as demais causas comumente apresentadas⁶). Conforme a análise de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), as instituições estabelecidas no período colonial – e que persistem até os dias de hoje – teriam sido determinadas por fatores geográficos. Tais condicionamentos históricos, no entanto, não significam que os países em desenvolvimento (a maioria dos quais são ex-colônias) estão condenados a ter instituições ruins. Ao contrário, a ênfase desta análise está na possibilidade de ganhos substanciais para o desenvolvimento com a melhoria da qualidade das instituições.

⁵ Como afirma o economista JAGDISH BHAGWATI (2002, p. 156), a análise do impacto da democracia no desenvolvimento deve refletir o fato de que a estrutura institucional que a democracia proporciona é fundamental. (Tradução livre do original em inglês).

⁶ Neste sentido, veja-se TODARO; SMITH (2009, p. 82-88); RODRIK; SUBRAMANIAN; TREBBI (2004).

É especialmente neste ponto, ao tratar da qualidade das instituições, que se destaca a importância da democracia com seu papel instrumental para o desenvolvimento. A democracia é enfatizada, em primeiro lugar, pela sua capacidade de traduzir as demandas dos cidadãos em prestações mais adequadas por parte do poder público. Outro benefício associado à democracia está no incentivo gerado pela possibilidade de perda do poder político, a qual tornaria os políticos eleitos mais inclinados a considerar as preferências dos cidadãos. Além disso, espera-se do governo democrático uma maior transparência, que também deveria contribuir para um ganho de eficiência do poder público.

Todos estes aspectos são viabilizados por mecanismos de participação que são encontrados (em maior ou menor grau) os regimes democráticos. Entende-se, portanto, que a efetivação das políticas públicas no interesse da sociedade ocorre da melhor forma em regimes democráticos que permitem o acesso dos grupos interessados (BHAGWATI, 2002), comunicando suas demandas e participando da formulação das decisões administrativas. Espera-se obter, assim, um uso mais eficiente dos recursos públicos, bem como o aumento do controle exercido pela sociedade em relação às políticas públicas governamentais.

Como afirmado na introdução deste artigo, crescimento econômico é necessário, porém não é suficiente para o desenvolvimento. O economista Jagdish Bhagwati (2002, p. 156) enfatiza o entendimento segundo o qual o atendimento às demandas sociais por parte do Estado somente poderá ser oferecido pelos governos se houver crescimento econômico, mas o uso dos recursos conforme as necessidades sociais exigem que o sistema político ofereça incentivos para traduzi-las em demandas efetivas:

Eu diria que regimes democráticos que são caracterizados por estruturas e processos que proporcionam efetivo acesso por parte de grupos, frequentemente na periferia econômica, que são os que mais deverão ganhar com programas sociais, estão mais inclinados a ter estas necessidades sociais transformadas em demandas efetivas⁷.

⁷ Tradução livre do original em inglês.

Esta análise confirma a importância de mecanismos de participação popular que permitam agregar as informações originadas na sociedade para construir instituições que sustentem o processo de desenvolvimento. Neste sentido, Dani Rodrik (1999) propõe pensar as instituições de participação política como “meta-instituições que extraem e agregam o conhecimento local e, portanto, ajudam a construir melhores instituições”⁸.

Segundo estas análises, portanto, espera-se obter (a) alocação mais eficiente de recursos (ou seja, melhor utilização dos frutos do crescimento econômico), (b) melhores políticas públicas (contribuindo para uma melhor qualidade de vida) e (c) melhores instituições que, por sua vez, vão gerar melhores políticas públicas e alocação mais eficiente de recursos.

Outro importante aspecto desta discussão é o favorecimento de uma forma de organização de poder descentralizada. Neste contexto, a ênfase na descentralização política está ligada à mesma questão do aumento da participação popular, fortalecida por um argumento de eficiência alocativa. A descentralização – associada a mecanismos de participação locais ou regionais – poderia levar as decisões sobre políticas públicas para o poder mais próximo à sociedade, de modo a melhorar a qualidade e eficiência das políticas empreendidas pela Administração⁹.

Observa-se com esta teoria que a democracia pode favorecer a construção de instituições que melhor traduzem as necessidades sociais, contribuindo para uma prestação mais eficiente de serviços públicos, que pode contribuir para melhorar qualidade de vida para a população.

Diferentemente da primeira tese analisada, para a qual a democracia é entendida como um fim em si, em razão de atender a um princípio de participação inerente aos indivíduos, esta segunda corrente afirma que a democracia é importante na medida em que serve como um instrumento para melhorar as prestações do Estado.

⁸ Grifo no original; tradução livre do original em inglês.

⁹ Neste sentido, veja-se: BARDHAN (2004), capítulo 6.

4 A TESE DA CONTRADIÇÃO: FAZER O BEM OU FAZER BEM?¹⁰

Chega-se, então, à terceira perspectiva que deve ser analisada. Esta corrente aponta para a existência de processos ineficientes, próprios de regimes democráticos, que atrasam a tomada de decisões por parte do governo no melhor – ou mais urgente – interesse da sociedade. Normalmente, esta tese apresenta como evidência para o argumento da incompatibilidade entre desenvolvimento e democracia o crescimento observado nos países do Leste Asiático, como Coreia do Sul (antes da transição para a democracia), China e Cingapura, países estes que tiveram altos níveis de crescimento sob regimes não democráticos.

Contrariando a teoria apresentada acima, que entende que a democracia produz o incentivo para os governantes melhor atenderem às necessidades sociais diante do risco de perda do cargo, esta corrente oferece o argumento de que a perspectiva de perda das eleições pode também ser incentivo para um governante buscar realizações de curto prazo que sejam facilmente exibidas em campanhas, prejudicando investimentos de longo prazo – ou, ainda, um político corrupto teria o incentivo de roubar o máximo possível no tempo que lhe resta antes de deixar o cargo (TODARO; SMITH, 2009, p. 559).

Um dos principais porta-vozes desta perspectiva é o ex-primeiro ministro de Cingapura, Lee Kuan Yew (que ocupou o cargo de 1959 a 1990), para quem um regime autoritário tem melhores condições de conduzir um país ao desenvolvimento. Ele afirma (*apud* BHAGWATI, 2002, p. 151):

Acredito que aquilo que um país necessita para se desenvolver é disciplina mais do que democracia. A exuberância da democracia conduz à indisciplina e conduta desordenada, que são inimigas do desenvolvimento¹¹.

Seria necessário, segundo esta teoria, fazer uma escolha entre atender a exigências econômicas mais urgentes ou permitir o curso mais demorado e “desordenado” das decisões democráticas. Aponta-se, por exemplo, para o

¹⁰ Segundo BHAGWATI (2002, p. 151): há uma persistente visão segundo a qual se obtém democracia às custas do desenvolvimento, de modo que seria necessário escolher entre fazer o bem e fazer bem. (Tradução livre do original em inglês).

¹¹ Tradução livre do original em inglês.

desenvolvimento econômico da Índia, inferior àquele da China, afirmando que isto se deve justamente ao fato de aquela ser uma democracia¹². Diante de situações dramáticas encontradas nos países pobres, afirma-se que a democracia seria um “luxo” que resultaria em um custo em termos de crescimento e demora nas decisões que visam a melhoria dos padrões de vida da população.

Adam Przeworski e Fernando Limongi (1993, p. 55) destacam que esta teoria simplesmente pressupõe que os ditadores possuem uma visão “desenvolvimentista” voltada para o futuro, dado que não haveria nenhum incentivo para agirem desta forma e não em seu próprio interesse (ao contrário das democracias, normalmente sujeitas às pressões da sociedade). Além disso, assume que o Estado teria um importante papel no funcionamento da economia, devendo ser isolado de pressões privadas. Segundo os autores:

Dado este modelo de política, o Estado deve estar protegido de pressões; de fato, ele deve estar previamente comprometido contra a capacidade de responder a estas pressões, mesmo se desejasse fazê-lo. O Estado é o único ator potencialmente universal e para agir em nome de interesses universais deve estar insulado de pressões sociais e com poder de implementar as políticas que entender melhores¹³.

Esta perspectiva, portanto, pressupõe que o governo autocrático irá agir conforme o interesse da população e de forma eficiente – porém nenhum argumento explícita qual seria seu incentivo para fazê-lo. Conseqüentemente, o Estado, livre das pressões sociais que dificultariam o desenvolvimento, seria o principal agente deste processo. Assim, a democracia é colocada em uma relação contraditória com o desenvolvimento econômico.

É preciso ressaltar desde já, entretanto, que os resultados positivos de crescimento observados em alguns governos autoritários parecem tratar-se da exceção, e não da regra. Rodrik (1999, p. 22) enfatiza que se, por um lado, sob o autoritarismo, os países do Leste Asiático prosperaram, por outro lado, muitos outros – como Zaire, Uganda e Haiti – assistiram à deterioração de suas economias.

¹² Neste sentido: “Chinese efficiency surpasses Indian democracy”. Notícia de 21/05/2009. Pesquisado em 01/06/09, no site do jornal chinês “UPI Asia”: http://www.upiasia.com/Politics/2009/05/20/chinas_efficiency_beats_indias_democracy/3800

¹³ Tradução livre do original em inglês.

5 UMA TENTATIVA DE SÍNTESE

O objetivo das seções anteriores deste artigo foi apresentar os parâmetros gerais de três teses que participam da discussão sobre os efeitos do regime político sobre o desenvolvimento econômico. É possível observar uma maior aproximação entre as duas primeiras correntes apresentadas, que não parecem ser mutuamente excludentes.

Por um lado, portanto, os autores procuram demonstrar uma relação positiva entre democracia e desenvolvimento, seja (i) por entenderem que a democracia é um bem que integra a definição de desenvolvimento, seja (ii) ressaltando a importância de mecanismos específicos (que permitem uma alocação mais eficiente de recursos e formas de confrontar a satisfação dos cidadãos com as decisões do governo). Por outro lado, no entanto, alguns autores entendem (iii) democracia como empecilho para o desenvolvimento.

Deve-se destacar, entretanto, que pouco se sabe sobre os determinantes do crescimento de modo geral (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1993, p. 64) e os estudos empíricos revelam uma dificuldade em se sustentar uma relação causal entre os dois conceitos analisados. Por um lado, tem-se o fato de que a maioria dos países desenvolvidos são democracias. Por outro lado, encontram-se evidências em sentidos opostos: crescimento observado sob regimes autoritários e falta de crescimento sob regimes democráticos.

Alguns estudos ressaltam, ainda, que as democracias superam os regimes autoritários em qualidade (RODRIK, 1998). Há evidência apontando também para uma correlação negativa entre falta de liberdades civis e políticas e crescimento econômico (DE HAAN; SIERMANN, 1996).

Outra questão que surge na comparação entre regimes autoritários e regimes democráticos refere-se aos papéis e expectativas atribuídos ao Estado e à sociedade. Como apontado na análise da perspectiva que relaciona governo autocrático e crescimento, nenhuma garantia – ou incentivo – parece existir para que o governante faça escolhas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Esta, por outro lado, é uma importante ferramenta da democracia: a

liberdade política permite que os cidadãos exerçam algum controle sobre os governos. A possibilidade de rejeitar políticos corruptos ou que não satisfazem aos critérios da população ou de apoiar os que atendem às exigências da maioria contém uma expectativa de melhoria na qualidade dos políticos¹⁴. Segundo afirma Robert Barro (1996, p. 33), as instituições democráticas fornecem um instrumento de monitoramento do poder governamental, limitando a corrupção e políticas impopulares.

Também neste sentido, esclarecem Adam Przeworski e Fernando Limongi (1993, p. 57):

Diversos modelos recentes que vêem a autonomia estatal como algo pernicioso para a performance econômica enfatizam que o Estado está sempre pronto para atacar a sociedade (NORTH, 1990) e que somente instituições democráticas podem obriga-lo a agir no interesse geral. A partir desta perspectiva, qualquer ditadura é uma fonte de ineficiência¹⁵.

A democracia realiza a importante função de vigilância daqueles que detêm o poder. Por outro lado, aponta-se para outra ferramenta que a democracia – ao menos potencialmente – também possui: comunicar aos governantes a preferência dos cidadãos. Essas duas características – *accountability* e *feedback* – são muito mais difíceis (se não impossíveis) de se alcançar sob uma autocracia.

Uma possível explicação para o fato de que algumas democracias crescem e outras não pode estar associada aos detalhes do desenho institucional de diferentes regimes democráticos, sendo tais mecanismos mais efetivos em alguns contextos do que em outros. Assim, tal como as autocracias, que dependeriam de um ditador esclarecido e preocupado com desenvolvimento para alcançarem algum sucesso, talvez as democracias também dependam de outros fatores (especialmente, institucionais) para que funcionem efetivamente como meios de promoção do desenvolvimento.

¹⁴ Segundo Easterly (2006, p. 103): partidos políticos competem para agradar os eleitores, da mesma forma que empresas competem para agradar seus consumidores. A geração de políticos seguinte se sairá melhor na prestação destes serviços. Certamente, nenhuma democracia chega perto de funcionar como este ideal, mas algumas chegam perto o suficiente para tornar o desenvolvimento possível. (Tradução livre do original em inglês).

¹⁵ Tradução livre do original em inglês.

Apesar de não haver uma relação comprovada entre democracia e desenvolvimento, parece ser possível reconhecer um relevante papel instrumental da democracia para o melhor funcionamento do Estado nos interesses da população, permitindo uma melhor compreensão das necessidades sociais e um melhor desenho das políticas públicas. Isto parece decorrer, principalmente, do fato de a democracia utilizar o conhecimento local específico para construir melhores instituições para a sociedade funcionar (RODRIK, 1999, p. 4).

Por fim, deve-se ressaltar que a democracia, em si, não é um instrumento para geração de riqueza, devendo ser associada a liberdades econômicas para que se alcance o crescimento econômico e o desenvolvimento buscados. Para Bhagwati (2002, p. 159):

É improvável que a democracia, sem mercados, gere crescimento. Mesmo que as instituições democráticas de um país facilitem a criação de novas idéias e novas tecnologias, a habilidade de traduzir estas idéias e *know-how* em inovações efetivas e eficiência produtiva está em desvantagem pela ausência de mercados.

Combinada com abertura de mercado, a democracia parece confirmar o seu papel de fornecer mecanismos que comunicam as demandas sociais para o interior do Estado. A compreensão mais ampla de desenvolvimento combina-se, então, com a expansão da importância da participação e a busca de inovações e manifestações surgidas no nível local. Espera-se que a efetivação da democracia e das liberdades políticas não só traga uma maior eficiência para os governos como também possam contribuir para a melhor qualidade do desenvolvimento.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; Johnson, Simon; Robinson, James A. **The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation.** *American Economic Review*, 91, pp. 1369-1401, Dez. 2001.

BARDHAN, Pranab. **Symposium on Democracy and Development.** *The Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 3, Summer, 1993.

_____. **Scarcity, Conflicts, and Cooperation: Essays in the Political and Institutional Economics of Development.** Massachusetts: MIT Press, 2004.

BARRAL, W. (org.). **Direito e Desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento.** São Paulo: Singular, 2005.

BARRO, Robert. **Determinants of Economic Growth: A Cross-Country Empirical Study**, NBER Working Paper no. 5698, 1996. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w5698> . Acesso em: 01 jun. 2009.

BHAGWATI, Jagdish N. **Democracy and Development: Cruel Dilemma or Symbiotic Relationship?** Review of Development Economics; v. 6, n. 2, Jun/2002.

DE HAAN, Jakob; Siemann, Clemens L. J. **New evidence on the relationship between democracy and economic growth**. Public Choice, v. 86, n. 1-2, Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/n7h1706010602k58/>. Acesso em: 01 jun. 2009.

EASTERLY, William. **The White Man's Burden: Why the West's efforts to aid the Rest have done so much ill and so little good**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LIPSET, Seymour Martin. **Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy**. American Political Science Review, v. 53, n. 1, pp. 69-105, março, 1959.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance (Political Economy of Institutions and Decisions)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PRZEWORSKI, Adam; Limongi, Fernando. **Political Regimes and Economic Growth**. The Journal of Economic Perspectives, v. 7, n. 3, pp. 51-69, Summer, 1993.

RODRIK, Dani. **Democracy and Economic Performance** (Dezembro, 1997). Disponível em: <http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/demoecon.PDF> . Acesso em: 30 maio 2009.

_____. **Democracies pay higher wages** (Outubro, 1998). Disponível em: <http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/dw.pdf> . Acesso em: 30 maio 2009.

_____. **Institutions for High-Quality Growth: What They are and How to Acquire Them** (Outubro, 1999). Disponível em <http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/institutions.PDF> . Acesso em: 30 maio 2009.

_____; Subramanian, A.; Trebbi, F. **Institutions rule: the primacy of institutions over integration and geography in economic development**. Journal of Economic Growth, v. 9, n. 2, 2004.

STIGLITZ, Joseph E. **Participation and Development: Perspectives from the Comprehensive Development Paradigm**. Review of Development Economics, v. 6, n. 2, Jun. 2002.

SEN, Amartya. **Reforma jurídica e reforma judicial no processo de desenvolvimento**. In BARRAL, W. (org.). **Direito e Desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Singular, 2005 (Prefácio).

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TODARO, Michael P.; Smith, Stephen C. **Economic Development**. 10. ed. Harlow: Addison-Wesley, 2009.